

Termo de Referência 54/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
54/2024	131101-ESP-FUND.INST. TERRAS JOSE G. DA SILVA ITESP	RONALDO APARECIDO BRIGANO	03/02/2025 11:45 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis	57/2024	16300001317/2024

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Locação em caráter não eventual, sem condutor e com quilometragem livre, de **12 (doze) veículos seminovos** do Grupo S-1, tipo Hatch de 1.0 a 1.6, **16 (dezesseis) veículos seminovos** do Grupo S-1 tipo sedan de 1.0 a 1.6, **05 (cinco) veículos seminovos** do Grupo S-2 tipo pick-up - Cabine simples - 4x2 - Capacidade até 770 kg, **03 (três) veículos seminovos** do Grupo S-2 tipo Minivans, Peruas ou Monovolume, cor branca, equipados com motor Ciclo Otto Flexível, para o transporte de passageiros e de carga, duas, quatro ou cinco portas, conforme descrição abaixo:

Item	Grupo	Descrição	Qtde
1	S-1	Veículo, preferencialmente de fabricação nacional, tipo Hatch, seminovo (até 3 anos), cor branca, equipado com o motor ciclo Otto flexível, para transporte de passageiros, 4 ou 5 portas, no mínimo 1000 cilindradas e potência igual ou superior a 71 cv, no mínimo 05 marchas à frente e uma à ré, equipados com câmbio manual, ar condicionado, direção elétrica, insulfilm e rastreador com monitoramento on-line.	12
2	S-1	Veículo, preferencialmente de fabricação nacional, tipo Sedan, seminovo (até 3 anos), cor branca, equipado com o motor ciclo Otto flexível, para transporte de passageiros, 4 portas, porta malas com volume mínimo de 460 litros, no mínimo 1000 cilindradas e potência igual ou superior a 100 cv, no mínimo 05 marchas à frente e uma à ré, equipados com câmbio automático, ar condicionado e direção elétrica, multimídia, insulfilm e rastreador com monitoramento on-line.	16
3	S-2	Veículo, preferencialmente de fabricação nacional, tipo Pick-up pequena, cabine simples, seminovo (até 3 anos), cor branca, equipado com o motor ciclo Otto flexível, para transporte de passageiros e carga, no mínimo 1200 cilindradas e potência igual ou superior a 85 cv, 05 marchas à frente e uma à ré, tanque de combustível com capacidade igual ou superior a 48 litros, capacidade máxima de carga de até 770 Kg, equipados com câmbio manual ou automático, ar condicionado e direção hidráulica ou elétrica, capota marítima, insulfilm e rastreador com monitoramento on-line.	05

4	S-2	Veículo, preferencialmente de fabricação nacional, tipo Minivan, Perua ou Monovolume, seminovo (até 3 anos), cor branca, equipado com o motor ciclo Otto flexível, para transporte de 05 a 07 passageiros e carga, no mínimo 1100 cilindradas e potência igual ou superior a 100 cv, 05 marchas à frente e uma à ré, equipados com câmbio automático, ar condicionado e direção elétrica, multimídia, insulfilme e rastreador com monitoramento on-line.	03
---	-----	--	----

1.1.1 - Todos os veículos deverão estar enquadrados nos termos da legislação expedida pela UCTI – Unidade Central de Transportes Internos, da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica, que estiver em vigor na ocasião do início dos serviços de locação.

1.2 - A **CONTRATANTE**, de acordo com suas necessidades e a seu exclusivo critério, poderá deslocar veículos da **CONTRATADA** para realização de serviços em todo o Estado de São Paulo, não cabendo à **CONTRATADA**, a qualquer título, compensação ou benefício que não aqueles previstos no contrato.

1.3 - Os veículos deverão ser entregues com prévio e específico registro dos mesmos perante o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SP, tendo por base o domicílio da Contratante, conforme Decreto Estadual nº 51.479, de 11.01.2007 bem como estarem segurados contra terceiros, para danos pessoais e materiais, durante a vigência da contratação, além das responsabilidades previstas no item 4 – Responsabilidade e obrigações.

1.3.1 - O valor do seguro para danos materiais e pessoais deverá guardar compatibilidade com o objeto licitado, bem como os parâmetros de mercado.

1.4 - A locação de veículos será com quilometragem livre, e sem motorista, ficando por conta da **CONTRATANTE** tal responsabilidade.

2. Fundamentação da contratação

2.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual/2024, tendo em vista que o Decreto Estadual nº67.689 /2023, facultou sua elaboração para contratação em2024.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.3 Quanto aos impactos ambientais, para consumo de combustível, é exigida a implementação de soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

4.4 Os veículos deverão ser mantidos de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

4.5 Veículos com catalisador ou outro equipamento que substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

4.6 Observar a legislação vigente sobre o controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente/SP, destacando-se a Lei Federal nº 8.723/93, com redação dada pela Lei nº 10.203/01, a Resolução CONAMA nº 16/93, a Portaria IBAMA nº 85/96, a Lei nº 10.203/01, a Lei Estadual nº 997/76 e os Decretos Estaduais nº 8.468/76 e 59.113/93, com suas respectivas alterações.

4.7 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto a emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos eventualmente movidos a óleo Diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços.

4.8 Utilizar veículos movidos a combustíveis que causam menor impacto ambiental, visando a redução efetiva de emissões poluidoras a atmosfera.

4.9 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com a justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar.

4.9.1 Os veículos deverão estar enquadrados nas especificações e determinações conforme CADTERC - Volume 16.

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.11. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades: Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado. Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente. Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

5. Modelo de execução do objeto**5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias corridos a contar data da assinatura do contrato.

5.1.2 A prestação se dará mediante a disponibilização dos veículos nas quantidades relacionadas e nos locais indicados

5.1.3 A contratada se utilizará, apenas, de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene.

5.1.4 Os veículos deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN, em conformidade como o Decreto nº 51.479, de 11 de janeiro de 2007.

5.1.5 Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre.

5.1.6 Os veículos locados serão entregues com reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

5.1.7 Todos os veículos deverão estar enquadrados nos termos da legislação expedida pela UCTI – Unidade Central de Transportes Internos, da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica, que estiver em vigor na ocasião do início dos serviços de locação. e

5.1.8 Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na de todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

5.1.9 O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo, durante o período de locação, atenderão as exigências administrativas pertinentes, de conformidade com o Decreto nº51.479, de 11 de janeiro de 2007, devendo estar registrados no Estado de São Paulo/SP.

5.1.10 Os veículos deverão ser disponibilizados com a numeração final da placa diferenciadas e alternadas, objetivando minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na Cidade de São Paulo/SP, conforme legislação específica,

5.1.11 Os veículos deverão conter e permanecer com o manual do proprietário e chave reserva em seu interior.

5.1.12 Os veículos deverão ser entregues com aplicação de película não refletiva (película de proteção solar) em toda área envidraçada, nos limites máximos e em concordância com a normatização do CONTRAN Conselho Nacional de Trânsito (Resolução nº 960, de 17 de maio de 2022 e alterações).

5.1.13 Ficará por conta da contratada as despesas de seguro, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do objeto do contrato.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os veículos serão entregues na Garagem da Fundação ITESP, situada à Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 554 - Bela Vista, CEP 01318-000

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas:

Da manutenção

5.4. Todos os veículos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e /ou corretiva, conforme recomendações do fabricante.

5.4.1 - A manutenção preventiva é aquela realizada obrigatória e periodicamente de acordo com o manual de fábrica do veículo /utilitário.

5.4.2 - A manutenção corretiva é aquela destinada ao reparo dos defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante o intervalo entre as manutenções preventivas.

5.4.3 - As despesas de manutenção destacadas nos subitens 5.4.1 e de socorro mecânico correm por conta da **CONTRATADA**.

a) Após a manutenção, deverá ser providenciada a lavagem do veículo, sendo de competência da **CONTRATADA** a sua execução e pagamento, não cabendo ao **CONTRATANTE** quaisquer ônus ou responsabilidades.

b) Somente serão realizadas e pagas pela **CONTRATANTE**, as lavagens de veículo que, por necessidade, ocorrerem quando o mesmo estiver em plena atividade operacional.

5.4.4 - A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada em Concessionária de Veículos, da respectiva marca, e ou oficinas próprias indicadas pela **CONTRATADA**, mais próximas dos locais de guarda da **CONTRATANTE**, onde os veículos alugados serão recolhidos. O encaminhamento e a retirada dos veículos nessas oficinas ficam por conta da **CONTRATADA**.

5.4.5 - A **CONTRATADA** deverá substituir imediatamente os veículos, retidos para manutenção, por modelos similares, respeitando-se as características técnicas/operacionais e ano de fabricação do veículo substituído.

5.4.6 - A não observância dessa condição, dará direito a **CONTRATANTE** de cobrar da **CONTRATADA** uma multa correspondente ao aluguel diário do respectivo veículo, por dia de atraso, calculada a partir do 1º (primeiro) dia do afastamento.

5.4.7 - A **CONTRATADA** deverá apresentar e manter um esquema de controle de entrada e saída do veículo/utilitário, em manutenção, devendo ser confrontado com os controles da **CONTRATANTE**, na ocasião da medição mensal.

5.4.8 - O traslado dos veículos substituídos, entre a **CONTRATADA** e o local de guarda do veículo substituído e vice-versa, ficam por conta da **CONTRATADA**.

5.4.9 - A **CONTRATADA** deverá apresentar projeto de socorro mecânico de 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de modo que a **CONTRATANTE** possa acioná-lo por telefone. No caso de acidentes ou quebras, a **CONTRATADA** também deverá estender a assistência 24 horas para o traslado (transporte) do condutor e demais passageiros com serviço de taxi ou similar visando o prosseguimento da viagem até o destino sem cobrança de ônus à **CONTRATANTE**.

5.4.10 - Se for necessária à remoção do veículo, em razão de defeito mecânico ou acidente, deverá ser feita para as instalações da **CONTRATADA** ou oficina a serviço desta. Também nestes casos a **CONTRATADA** deverá providenciar a substituição do veículo defeituoso ou avariado.

5.5 - A **CONTRATADA** é responsável pelo cumprimento de todas as manutenções: preventivas, corretivas e de garantia, principalmente nos aspectos de controle de qualidade e prazos previstos nos manuais dos fabricantes dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, bem como a substituição de pneus e peças por desgaste natural.

5.6 - Em função da utilização dos veículos locados, a **CONTRATANTE** poderá a qualquer tempo da vigência do presente contrato, instalar nos veículos locados equipamentos e/ou dispositivos que entender necessários, obrigando-se, contudo, a devolvê-los à **CONTRATADA**, sem tais equipamentos – quando findo ou rescindido o presente contrato – em boas condições, salvo o desgaste natural decorrente de uso regular.

5.7 – Os veículos deverão ser seminovos (até 3 anos de uso) contados à partir do primeiro licenciamento e sua eventual substituição deverá ser feita por outro similar.

5.8 - A **CONTRATADA** deverá substituir de imediato e de forma automática, por veículos nas mesmas condições da entrega inicial, marca e especificações, independente do prazo contratual, quando atingirem 120.000 km (cento e vinte mil) quilômetros rodados, ou 36 (trinta e seis) meses, a contar do primeiro licenciamento (o que ocorrer primeiro).

5.9 – Da manutenção Corretiva

5.9.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessária, para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo;

5.9.2. A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo e terceiros, incluindo o pagamento da franquia;

5.9.3. A Contratada deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora locados, desobrigando o Contratante de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado neste item.

5.9.4 - Nos acidentes de trânsito em que a culpa do evento não for do condutor do veículo locado, a **CONTRATANTE** deverá apresentar o Boletim de Ocorrência Policial à **CONTRATADA**, para que esta possa acionar a parte culpada, visando o ressarcimento do prejuízo.

5.9.5 - A **CONTRATANTE**, em nenhuma hipótese arcará com despesas a título de lucros cessantes.

5.10 – É de responsabilidade da **CONTRATADA** todas as despesas relacionadas com a documentação, licenciamento, notificação de infração de trânsito, multas, placas e seguro.

5.10.1 - Todo veículo deverá ser entregue a **CONTRATANTE**, com a documentação obrigatória de trânsito, devidamente regularizada e atualizada, quando necessário, bem como, acompanhada de cópia autenticada da apólice de seguro contratada.

5.10.2 – Caso algum veículo apresente problemas relacionados com a documentação obrigatória de trânsito ou demais documentos, inclusive seguro, fica a **CONTRATANTE** desobrigada do pagamento da locação durante o período que perdurar tal ocorrência.

5.10.2.1 - Se, durante a vigência do contrato, vier a ser exigido pelos órgãos competentes de trânsito, a instalação de qualquer equipamento/dispositivo e/ou a utilização de algum outro tipo de documentação obrigatória de trânsito, a **CONTRATADA** deverá cumprir as exigências, no prazo determinado, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

5.10.3 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar as notificações de autuação de infração de trânsito, imediatamente ao **CONTRATANTE**, para verificações, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, observando os prazos de encaminhamento, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

5.10.4 – A CONTRATADA deverá encaminhar as notificações, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, por escrito, a **CONTRATANTE**. Caso contrário, a **CONTRATANTE** não se responsabilizará pelas penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, em consequência da não indicação do condutor infrator em tempo hábil.

5.10.5 - A CONTRATADA deverá encaminhar, por escrito, os extratos de multas, decorrentes de infrações à legislação de trânsito vigente, cometidas com veículos, objeto da licitação.

5.10.6 - O CONTRATANTE deverá analisar as condições em que as infrações foram cometidas e, caso forem consideradas improcedentes, encaminhará as devidas justificativas à **CONTRATADA**, com a finalidade de subsidiá-la na impetração de recurso junto à Autoridade que impõe a penalidade.

5.10.7 - Caso a infração cometida for considerada procedente, a **CONTRATANTE** providenciará o devido ressarcimento do valor da multa à **CONTRATADA**, caso esta tenha efetuado o recolhimento.

5.10.8 – No caso de deferimento de recursos administrativos impetrados pela **CONTRATANTE**, deverá a **CONTRATADA** proceder ao ressarcimento dos valores referente às infrações que já foram devidamente quitadas junto aos órgãos de trânsito.

5.10.9- As notificações e/ou multas decorrentes de irregularidade na documentação do veículo, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.11 – Os veículos deverão ser entregues já instalados com equipamento de passagem automática em pedágios sem cobrança de taxa de manutenção para a **CONTRATANTE**, sendo somente a tarifa referente ao pedágio correrão por conta do **CONTRATANTE**.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Fiscalização Técnica

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 15 de dezembro

de 2023, art.17);

6.10 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II); 6.11 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

Fiscalização Administrativa

6.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17 Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará a Avaliação mensal.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

Do recebimento

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº

14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de

liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome de Entidades Estaduais para realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja

indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário. Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos: Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ.

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (CND).

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLDT);

8.15. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja

exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples; 8.18 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

8.18.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Qualificação técnica

8.19. A proponente deverá apresentar atestado (s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou Página 44 de 76 privado, que especifique (m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

8.20. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação.

8.20.1. A comprovação a que se refere o item 8.20 poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante;

8.20.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

8.20.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.20.2.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.21. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual, conforme modelo no Anexo IV;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso, conforme modelo no Anexo IV;

8.22. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.22.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.22.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da

Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.22.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.815.857,60

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.815.857,60, conforme custos unitários apostos na tabela anexa de valores referencias do CADTERC - Volume 16

,

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 13041

II) Fonte de Recursos: 150010001

III) Programa de Trabalho: [21631132049600000];

IV) Elemento de Despesa: 339033

V) Plano Interno: 0100

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RONALDO APARECIDO BRIGANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 31/01/2025 às 11:20:12.

FABIO SIQUEIRA DIAS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/02/2025 às 11:45:23.

